



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9125 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT17 - Filosofia da Educação

O debate sobre doutrinação e neutralidade em educação

Newton Duarte - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

## **O DEBATE SOBRE DOCTRINAÇÃO E NEUTRALIDADE EM EDUCAÇÃO**

Este trabalho é um dos produtos de uma pesquisa bibliográfica na qual foi selecionada literatura nacional e estrangeira (em inglês) envolvendo discussões sobre doutrinação e neutralidade em educação de 1970 a 2019. O impulso inicial da pesquisa foram as acusações de doutrinação esquerdista nas escolas brasileiras, feitas principalmente, mas não exclusivamente, pelo movimento Escola sem Partido. Entretanto, considerando-se a existência de diversos estudos críticos sobre esse movimento como, por exemplo, Cunha (2016), Frigotto (2017), Penna; Queiroz; Frigotto (2018), não foi objetivo desta pesquisa a análise das características desse movimento, seus argumentos e suas estratégias. O objetivo foi o de contribuir para esse debate por meio de uma análise que problematizasse filosoficamente as noções de doutrinação e neutralidade em educação.

Análises do conceito de doutrinação existem há muito tempo, mas delimitamos como referência histórica inicial de nossa pesquisa a década de 1970 pelo fato de que, no âmbito internacional, os embates ideológicos estavam muito acirrados e, no âmbito nacional, os anos de chumbo da ditadura impunham à educação brasileira a suposta neutralidade do tecnicismo. Nesse contexto havia muitas razões para se discutir sobre o que seria doutrinação e como ela ocorreria na educação. A título de exemplo, citamos o livro de Snook (1974), cuja primeira edição em inglês é de 1972 e o de Reboul (1980), cuja edição original em francês é de 1977. Também em 1972 foi publicada a primeira edição em inglês uma coletânea intitulada *Concepts of Indoctrination: Philosophical Essays* (SNOOK, 2010) que reúne 14 ensaios de diversos autores sobre múltiplos aspectos envolvendo o conceito de doutrinação. No caso do livro de Reboul (1980) assinala-se que ele se situa explicitamente entre os pensadores que consideram ser possível ser liberal sem se defender a neutralidade em educação, o que destoa bastante do discurso atual da direita brasileira em educação que, apresentando-se como liberal, afirma defender a neutralidade contra a doutrinação. Reboul (1980, p. XVIII) critica a atitude de se considerar a "doutrina do adversário" como doutrinação e essa crítica não deixa de suscitar questionamentos sobre a unilateralidade das acusações de doutrinação esquerdista nas escolas brasileiras atualmente.

As análises do conceito de doutrinação na bibliografia levantada nesta pesquisa adotam diferentes referenciais teóricos, empregam diferentes estratégias metodológicas e

chegam também a distintas conclusões. A maioria dos autores compartilha a concepção de que a doutrinação seria algo fundamentalmente negativo, indesejável do ponto de vista da educação democrática. Isso não impede, porém, que eles discordem entre si sobre vários aspectos do próprio conceito de doutrinação. Outros autores tendem a considerar a doutrinação como algo não necessariamente negativo e, ao contrário, ela seria, em certa medida inevitável. Por fim, há também quem sugira que o conceito de doutrinação mais obscureceria do que esclareceria os fenômenos educativos.

Em relação à neutralidade em educação também existe uma variedade considerável de perspectivas de análise, que vão desde a defesa de total neutralidade ética e política dos professores, dos currículos e dos materiais didáticos, até a afirmação de que a neutralidade não é possível nem desejável. Além dessas variações em termos de posicionamento sobre a neutralidade em educação, existe também a discussão sobre o que seria a neutralidade, quando ela seria requerida e o quanto ela seria assumida de forma coerente por aqueles que desejam transformá-la em regra generalizada.

Numa sociedade que se pretende democrática e plural, a educação precisa promover a atitude de respeito à diversidade de valores, de posicionamentos políticos e de escolhas que cada pessoa faça em relação à sua vida. Em outras palavras, não há democracia e pluralidade na sociedade e na educação, se a liberdade não for considerada um princípio inalienável. Mas, o respeito à pluralidade e à liberdade não demandaria, para a escola, o princípio da neutralidade? Por exemplo, no caso da laicidade da educação pública, trata-se da adoção de um princípio de neutralidade da escola e dos professores em relação às crenças religiosas dos alunos e de suas famílias. No que se refere à política, trata-se igualmente do respeito à liberdade dos alunos e de suas famílias, de optarem por apoiar esta ou aquela tendência política, este ou aquele partido ou candidato. Os debates em torno a questões dessa natureza têm sido, nos últimos anos, bastante acalorados. Há momentos e contextos históricos em que a neutralidade se transmuda em cumplicidade, ou seja, a neutralidade torna-se praticamente impossível, pois o silêncio já implica uma tomada de posição. O próprio debate sobre a neutralidade da educação pode assumir, em determinados contextos, uma conotação fortemente política e ética não sendo, portanto, neutro.

Parece legítimo, então, indagar se o indispensável respeito à pluralidade de posições e opiniões seria sinônimo de neutralidade. Ainda que a resposta a essa pergunta não possa ser formulada em termos puramente teóricos e abstratos, um bom equacionamento das possíveis respostas requer análises teoricamente fundamentadas e metodologicamente consistentes.

Adotando a perspectiva política da democracia liberal e empregando o enfoque metodológico da filosofia analítica, Kleinig (1976) parte da conceituação de neutralidade para, em seguida, analisar os princípios referentes à neutralidade na educação em três níveis: o das políticas organizadoras de sistemas educacionais e tomadas de decisão sobre questões referentes aos fins educacionais visados por esses sistemas, o nível do funcionamento de cada unidade escolar e, finalmente, o nível da atividade do professor. Em relação aos argumentos que preconizam a necessidade de neutralidade do professor em suas atividades de sala de aula, Kleinig pondera que não é rara a ocorrência de uma atitude seletiva em relação aos assuntos sobre os quais é cobrada neutralidade por parte do professor. Em outras palavras, em alguns temas, as posições favoráveis por parte dos professores são consideradas naturais, ao passo em que em outros temas elas são consideradas doutrinadoras e nocivas.

Também adotando a perspectiva da democracia liberal, Weinstein (2004) critica a associação de liberalismo com neutralidade e igualmente critica a ideia de que uma educação liberal democrática seja neutra. No caso da formação para a cidadania (*civic education*), Weinstein afirma que a neutralidade dessa formação é impossível pelo fato de que é preciso

ensinar, por exemplo, que racismo e sexismo são atitudes que não podem ser aceitas. Ele argumenta que o ensino de preconceitos ou o não enfrentamento dos preconceitos interfere nos processos de participação política, já que limita a participação política daqueles que sejam alvos dos preconceitos. Em outras palavras, nesse caso, a neutralidade é, na verdade, um posicionamento político.

Os temas considerados polêmicos são normalmente associados à ideia de doutrinação nas críticas feitas a professores, currículos e materiais didáticos por aqueles que acusam as escolas de tendenciosidade política esquerdista. Mas Copp (2016) considera equivocada essa associação entre doutrinação e temas controversos, da mesma forma que alerta para o fato de a ausência de controvérsia poder ser uma consequência de processos prévios de doutrinação. Nessa linha de raciocínio há fundamentos para se supor que acusações de doutrinação possam, em muitos casos, ser uma reação ao fato de que esteja sendo desnaturalizada uma doutrinação anterior que levou as pessoas a aceitarem como natural e inquestionável uma determinada forma de se encarar certos temas. Dizendo de outra maneira, a denúncia de doutrinação pode ser uma estratégia deliberadamente usada para que as pessoas não tomem consciência de uma doutrinação previamente existente ou pode ser uma reação emocional de quem vê questionados valores e ideias que haviam sido anteriormente assumidos como inquestionáveis.

Ainda que concordemos com a afirmação de Copp (2016) de que é um erro identificar-se doutrinação com o estudo de temas controversos, tornou-se necessário a esta pesquisa analisar textos sobre o trabalho com temas controversos na escola, já que esses trabalhos abordam em muitos momentos a discussão sobre doutrinação e neutralidade. Hess (2004), por exemplo, se posiciona em defesa da inclusão nos currículos escolares dos debates sobre temas controversos, como uma importante estratégia de formação do espírito democrático. Mas assinala existirem resistências a essa ideia, sendo uma das razões para essas resistências o temor de que a discussão dos temas controversos resultaria em doutrinação dos alunos pelos professores. Ressalta a autora que esse temor muitas vezes se mostra seletivo em relação ao que sejam considerados temas controversos. Apesar da volatilidade social da lista de temas que determinados grupos consideram polêmicos e potencialmente geradores de doutrinação, alguns autores como Stenhouse (1970) e Hare (1973) se esforçam por definir o que seja um tema controverso e como as escolas e os professores deveriam agir em relação a eles. Stenhouse (1970) entende que os temas controversos não devem ser evitados pelos currículos escolares, mas defende total neutralidade dos professores nos debates em sala de aula, estendendo essa visão ao trabalho com todos os conteúdos escolares, independentemente de conterem ou não temas polêmicos.

Kelly (1986), numa perspectiva distinta, considera inviável e indesejável a neutralidade do professor em relação aos temas controversos. O autor inicia sua argumentação mencionando o fato de que os professores são criticados pela direita e pela esquerda tanto por transmitirem determinados valores como por não os transmitirem. Em sua análise, Kelly toma como ponto de referência o trabalho de professores que lidam com ciências humanas, área na qual estaria concentrada boa parte dos temas controversos, mas sua argumentação tem um alcance mais amplo. O autor lista algumas indagações que afligiriam os professores. Devem se posicionar em relação a temas cruciais? Se sim, de que maneira? Devem procurar evitar tanto a doutrinação quanto o relativismo moral? Devem deixar os temas polêmicos para serem tratados em outros espaços que não a escola e a sala de aula? Como coadunar conflitantes demandas ideológicas e pedagógicas? Kelly analisa quatro possíveis atitudes em relação aos temas controversos na escola: exclusiva neutralidade (“exclusive neutrality”), exclusiva parcialidade (“exclusive partiality”), imparcialidade neutra (“neutral impartiality”) e imparcialidade engajada (“committed impartiality”), posicionando-se a favor da adoção, pelos professores, dessa quarta opção, a da imparcialidade engajada.

McAvoy (2017) defende que não há resposta única e definitiva para a indagação em relação a se os professores devem ou não explicitar suas posições sobre temas politicamente polêmicos. A autora explica que em livro seu em coautoria com Diana Hess foram apresentados critérios que os professores poderiam levar em conta para se decidirem sobre como agir em cada situação concreta. Mas McAvoy (2017) também argumenta ser necessário diferenciar o que seja explicitação de posições políticas pelo professor e o que seja a atitude pedagógica de corrigir informações errôneas dando como exemplo uma situação em que, numa aula de História, um aluno afirme que o Holocausto não ocorreu e o professor empregue argumentos e evidências objetivas para convencer seu aluno de que o Holocausto de fato aconteceu. Concordamos que o professor tem o dever de mostrar que o Holocausto existiu de fato, da mesma forma que, na realidade brasileira, o professor tem o dever de mostrar que ocorreu, de 1964 a 1985, uma ditadura em nosso país. Isso, por si só, não faz desse professor uma pessoa de direita ou de esquerda. Trata-se do compromisso da educação com a busca permanente da verdade. Mas não concordamos inteiramente com McAvoy (2017) quando ela afirma que em situações como essa o professor não estaria explicitando uma posição política. Especialmente em tempos em que o obscurantismo se torna uma linha política e se materializa em perfis de dirigentes políticos, assumir a defesa da verdade contra as falácias obscurantistas torna-se uma explicitação de posição política.

A análise bibliográfica da qual apresentamos aqui apenas alguns exemplos mostrou que os debates sobre doutrinação e neutralidade em educação precisam ir muito além da afirmação ou negação da existência de doutrinação esquerdista nas escolas. É necessário avançarmos nas discussões sobre as concepções de mundo contidas nos conhecimentos escolares. Mas essa discussão extrapolaria os limites deste trabalho.

**Palavras-chave:** Doutrinação; Neutralidade; Temas Controversos; Valores em educação.

## Referências

- COPP, David. Moral education versus indoctrination. **Theory and Research in Education**, vol. 14, issue 2, p. 149-167, 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação**. Rio de Janeiro: publicação independente, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- HESS, Diana E. Controversies about controversial issues in democratic education. **Political Science and Politics**. Vol. 37, n. 2, p. 257-261, 2004.
- HARE, William. Controversial issues and the teacher. University of North Carolina Press, **The High School Journal**, vol. 57, n. 2, 1973, p. 51-60.
- Thomas E. (1986) Discussing controversial issues: four perspectives on the teacher’s role. **Theory and Research in Social Education**. Vol. XIV, n. 2, 1986, p. 113-138.
- KLEINIG, John. Principles of Neutrality in Education. **Educational Philosophy and Theory**. Vol. 8, Issue 2, 1976, p. 1-16.
- McAVOY, Paula. Should teachers share their political views in the classroom? In WARNICK, B. (Org.) **Philosophy: Education**. Farmington Hills, MI: Macmillan Reference, USA, 2017, p. 373-383.

PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

SNOOK, Ivan A. **Doutrinação e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SNOOK, Ivan A. **Concepts of Indoctrination: philosophical essays**. Routledge: New York, 2010.

REBOUL, Olivier. **A Doutrinação**. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1980.

STENHOUSE, Lawrence. (1970) Controversial Issues in the Classroom. In: CARR, William G. (org.) **Values and the Curriculum** - a Report to the Fourth International Curriculum Conference, Washington: National Education Association Publications, 1970, pp. 103-115.

WEINSTEIN, Jack R. Neutrality, Pluralism, and Education: Civic Education as Learning About the Other. **Studies in Philosophy and Education** 23, 235–263, 2004.